



## O que é o neoliberalismo? Isto existe?

*What is neoliberalism? Does it exist?*

 10.21680/1983-2109.2022v29n59ID29014

**Amaro Fleck**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 0000-0001-7710-9141

amarofleck@hotmail.com

**Resumo:** Neoliberalismo é um conceito vago e controverso, mas ainda assim crucial para a compreensão de nossa época e da história das ideias políticas, econômicas e sociais do último século. No presente artigo comento os motivos pelos quais este é um termo particularmente controverso (sua adoção foi vacilante; ele denota tanto uma corrente ideológica quanto um conjunto de práticas ou uma etapa histórica; a corrente ideológica possui variações tanto geográficas quanto históricas; a etapa histórica é caracterizada por uma pluralidade de aspectos que nem sempre aparecem juntos), analiso algumas das críticas mais usuais à adoção deste termo e sugiro uma definição capaz de dar conta destas vaguezas, distinguindo com clareza o neoliberalismo enquanto doutrina do neoliberalismo como conjunto de práticas ou etapa histórica.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Friedrich Hayek; Milton Friedman; capitalismo; liberalismo.

**Abstract:** Neoliberalism is a vague and controversial concept, but nonetheless crucial to understanding our time and the history of political, economic and social ideas of the last century. In this article, I comment on the reasons why this term is particularly controversial (its adoption was hesitant; it denotes both an ideological current and a set of practices or a historical stage; the ideological current has both geographical and historical variations; the historical stage is characterized by a plurality of aspects that do not always appear together), I analyze some of the most common criticisms of the adoption of this term and I suggest a definition capable of accounting for these vagueness, clearly distinguishing neoliberalism as a doctrine from neoliberalism as a set of practices or historical stage.

**Keywords:** Neoliberalism; Friedrich Hayek; Milton Friedman; Capitalism; Liberalism.

A discussão sobre a validade do termo neoliberalismo é tão antiga quanto o próprio termo. Na Sexta-feira, 26 de agosto de 1938, no Museu Social, em Paris, teve início o Colóquio Walter Lippmann. Organizado por Louis Rougier, o colóquio foi uma ocasião tanto para divulgar a tradução francesa do livro *The Good Society* (a tradução ficou com o título *La Cité Libre*), de Walter Lippmann, publicado originalmente em inglês no ano anterior, quanto para reunir um grupo de intelectuais interessados na renovação do liberalismo<sup>1</sup>. Deste colóquio, por sinal, resultou o efêmero Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo, o qual pode ser visto como precursor da Sociedade Mont Pelerin (mas que teve vida breve por conta da eclosão da II Guerra Mundial, menos de um ano depois).

Logo no primeiro dia, depois das falas de abertura de Louis Rougier e Walter Lippmann, iniciou-se o debate sobre qual seria, afinal de contas, a melhor denominação para este projeto de renovação do liberalismo. Louis Baudin, o primeiro a tomar a palavra, comenta: “Liberalismo, para eles [Rougier e Lippmann], não é aquele de ontem, mas sim o de amanhã: um liberalismo sereno, revisado, renovado. É trabalhoso mudar o significado de um termo antigo e podemos questionar se não seria melhor escolher outro. ... Para mim a palavra individualismo parece preferível a palavra liberalismo” (citado em Reinhoudt e Audier, 2018, p. 110-1); Rougier não gosta da proposta, dizendo que o termo liberalismo é mais preciso do que individualismo; Ludwig von Mises tampouco aprova, argumentando que isto pareceria uma concessão às ideias totalitárias. Algumas falas depois, Jacques Rueff afirma: “sou hostil ao prefixo ‘neo’ que foi proposto. Se estamos convictos que nosso esforço deve visar a restauração do liberalismo como base permanente dos sistemas sociais e econômicos, então devemos dizer isto da forma mais provocativa” (Idem, p. 114). O registro das falas não está completo, mas a intervenção de Rueff indica que a adoção do termo “neoliberalismo” já estava em pauta, tendo ou bem aparecido em uma fala anterior não registrada, ou bem discutida nos corredores e cafés antes do início do Colóquio. Auguste Detouef discorda, de acordo com ele, a palavra liberalismo se tornou o equivalente de ‘manchesterismo’: “No entanto, não somos todos manchesterianos. ... O fim do liberalismo é, para mim, o fim do sistema que insiste que o dogma do *laissez-faire, laissez-passer* é sacrossanto, ainda que o fim

---

<sup>1</sup> O Colóquio contou com vinte e seis participantes, todos homens, de variadas nacionalidades e formações. Destacam-se, dentre estes, Walter Lippmann, Raymond Aron, Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Michael Polanyi, Wilhelm Höpke e Louis Rougier. Sabe-se que José Ortega y Gasset e Johan Huizinga foram convidados, mas não puderam (ou não quiseram) comparecer. Uma apresentação de cada um dos convidados, assim como a compilação de todos os registros do Colóquio e uma excelente introdução sobre sua importância no surgimento do neoliberalismo se encontra em Reinhoudt e Audier, 2018.

deste sistema não seja o fim do liberalismo tal como Lippmann o concebe.” (Idem, p. 114). O debate não chega a bom fim na escolha do melhor termo para designar o projeto de renovação do liberalismo<sup>2</sup>, mas indica para o ponto de consenso entre estes distintos autores: “o mecanismo precificador [de mercado] é o critério que deve servir para definir o sistema liberal”, diz Michael Heilperin, e logo mais Rougier assente: “O critério do liberalismo é o livre jogo dos preços” (Idem, p. 115).

Por que, oitenta anos depois, ainda discutimos se neoliberalismo é um bom termo para designar este projeto de renovação do liberalismo? Quais as principais características deste projeto? Como a doutrina neoliberal, se afinal é assim mesmo que vamos chamar tal renovação, se relaciona com o “neoliberalismo realmente existente”? E, não menos importante, o que é este tal de “neoliberalismo realmente existente”?

## 1. NEOLIBERALISMO: ISTO EXISTE?

O vocabulário da política é sempre controverso. Os conceitos utilizados nas discussões mais abstratas que tratam da organização da vida em comum são polissêmicos. As disputas em filosofia política com frequência ocorrem não porque as partes discordam dos objetivos, e sim porque elas não concordam com o que significa os termos que os definem. Assim, se é possível presumir certo consenso quanto ao fato de que todos querem a liberdade, a justiça ou a democracia, não é razoável esperar a mesma concordância quanto ao que cada um compreende quando usa tais vocábulos. Apesar disto eles seguem sendo usados. Aliás, parece impossível prescindir de seu uso. Isto ocorre também com a denominação das ideologias políticas. O significado de liberalismo, socialismo ou conservadorismo é alvo de disputas, tanto entre seus partidários quanto entre seus críticos. Por isso ninguém deve ficar surpreso com a contestação do termo neoliberalismo.

Ainda assim o caso do conceito de neoliberalismo é especial. Afinal a disputa não se dá apenas quanto ao significado desta “sub-ideologia”, desta vertente que mescla elementos do liberalismo com outros do conservadorismo.

---

<sup>2</sup> Diversas outras sugestões são feitas durante o Colóquio. Rueff chega inclusive a propor “liberalismo de esquerda”, pois, de acordo com ele, o liberalismo tal como proposto por Lippmann “tende a dar às classes mais carentes a maior quantia de bem-estar possível” (Reinhoudt e Audier, 2018, p. 179). Outros nomes propostos são: “liberalismo positivo” e “liberalismo social”. No prefácio escrito por Louis Rougier para a publicação dos textos e discussões do Colóquio em francês, no ano de 1939, ele afirma que as principais ideias do livro de Walter Lippmann apareceram simultaneamente em outras obras, a partir de pensadores que sequer se conheciam, e que essa “harmonia pré-estabelecida esboçava o contorno de uma doutrina chamada por uns de ‘liberalismo construtivo’, por outros como ‘neocapitalismo’, e pelo nome que acabou prevalecendo, ‘neoliberalismo’” (Reinhoudt e Audier, 2018, p. 93).

Ela se dá também quanto à própria existência desta entidade<sup>3</sup>. Isto é, há quem diga que neoliberalismo é tão somente o nome dado a um delírio, uma miragem, uma ficção que habita os cérebros confusos de quem procura por um bode capaz de expiar os males do mundo. Evitemos, aqui, os meandros capciosos das junções entre a ontologia e a teoria do conhecimento e suas prorrogações infindáveis da querela dos universais. Recusemos, pois, adentrar no debate sobre o que significa a existência de um conceito e permaneçamos no terreno bem mais pedestre do debate político.

Ao nosso propósito basta perceber que quem nega a validade do conceito de neoliberalismo costuma justificar isto a partir de uma destas três afirmações: a) o neoliberalismo não existe pois ninguém se reconhece enquanto neoliberal, portanto, há uma ausência de referente; b) até há quem se reconheça como neoliberal, mas o termo perdeu sua validade por se referir a coisas demais, e diferentes demais, de modo que seu uso é necessariamente confuso e impreciso, portanto, há um excesso de abrangência; c) o termo neoliberalismo até tem alguma relevância, desde que seja corretamente circunscrito para denominar um fenômeno bem específico (seja ele o consenso de Washington; as políticas de austeridade; a flexibilização do mercado de trabalho, uma doutrina específica etc.), portanto, só há um uso correto do termo, e todos os demais seriam inválidos. No segundo caso, recusa-se o uso do conceito neoliberalismo por ele se referir a coisas demais, no primeiro, por ele se referir a coisas de menos, no terceiro, por se referir a apenas uma coisa que já não seria mais vigente. Considero que

---

<sup>3</sup> Taylor C. Boas e Jordan Gans-Morse (2009) observam que o termo neoliberalismo é contestado em múltiplos níveis, ou melhor, em mais níveis do que outros termos usualmente contestados, como “marxismo”, “fascismo” ou “democracia”. Assim, apesar de haver uma imensa gama de sentidos para estes termos, eles, ao contrário do que ocorre com neoliberalismo, não são essencialmente contestados, ninguém recusa a existência destas entidades. No artigo os autores fazem uma análise interessante sobre o uso acadêmico do termo: eles examinaram 148 artigos publicados entre 1990 e 2004 em periódicos especializados de políticas comparativas, desenvolvimento e estudos da América Latina e concluíram que o termo se tornou um jargão acadêmico (“an academic catchphrase”), ou, em termos ainda mais duros, em “uma pilha de lixo capaz de acomodar múltiplos fenômenos desagradáveis sem muita discussão sobre o real pertencimento de cada elemento” (p. 156). Nesta análise, eles argumentam que isto ocorre basicamente por três motivos: 1) o termo raramente é definido; 2) ele é utilizado de forma assimétrica: muito em sentido crítico pela literatura que tende à esquerda, raramente utilizado de modo neutro e quase nunca utilizado pela literatura que tende à direita; e, por fim, 3) ele serve para caracterizar uma variedade excessivamente ampla de fenômenos. No entanto, a reconstrução histórica dos autores é bastante pobre, passando ao largo dos debates que tratam da importância da Sociedade Mont Pelerin. O artigo de Venugopal (2015) argumenta em tom semelhante, acrescentando ainda a queixa de que é um conceito amplamente usado nas humanidades, mas quase nunca na economia, supostamente porque os cientistas sociais tem aversão à sofisticação matemática de seus argumentos. A própria argumentação de Venugopal, no entanto, é bastante deficitária em termos filosóficos: por um lado, ignora que todo conceito social e político é polissêmico; por outro, elabora critérios de acordo com os quais só seriam válidos conceitos para designar eventos muito bem circunscritos, mas totalmente incapazes de generalizações e de pensar em escalas mais amplas (o que, em última instância, impossibilita a própria construção de teorias). Cabe notar que o próprio Venugopal faz uso de diversos conceitos (mercado; economia neoclássica etc.) que ele próprio precisaria eliminar caso levasse sua objeção suficientemente a sério.

nenhuma destas três razões seja suficiente ou adequada para a recusa da validade do conceito neoliberalismo.

a) *Ausência de referente*: O conceito de neoliberalismo seria inválido ou pouco útil por ser apenas um nome adotado para designar tudo o que há de mal em determinadas situações, um espantalho que encarnaria todas as ruindades possíveis. Neoliberalismo seria o monstro inexistente embaixo da cama, ainda assim capaz de aterrorizar a criança. Quem diz que “neoliberalismo não existe” está querendo dizer que não há quem se reconheça como neoliberal, como defensor de uma doutrina, de uma ideologia, ou, para ser mais preciso, de uma vertente ideológica intitulada neoliberalismo<sup>4</sup>. Que ao fim e ao cabo o que os autores comumente identificados com o assim chamado “neoliberalismo” – Ludwig Mises; Friedrich Hayek; Milton Friedman; Gary Becker; dentre tantos outros – são tão somente liberais, “liberais clássicos”. “Neoliberalismo” seria assim um conceito tão desprovido de sentido quanto “marxismo cultural”, “ideologia de gênero” ou “globalismo”: um mero rótulo que serve para criar um espantalho, uma caricatura que impede o desenvolvimento da discussão.

Não creio ser este o caso. É verdade que a denominação neoliberalismo tem uma *adoção vacilante*, que o termo sempre aparece acompanhado de alguma ressalva, mas ele está lá. E é fato que há um projeto de renovação do liberalismo a procura de um rótulo. Como relata Plehwe (2009, p. 10), na introdução de *The Road from Mont Pelérin*, o uso do termo “neoliberalismo” está bem disseminado na primeira metade do século XX. O termo aparece na literatura econômica no final do século XIX quando Charles Gide (em 1898) vai propor um retorno ao “liberalismo clássico” de Adam Smith. No entanto, este primeiro uso não vingou, e o termo será adotado doravante para sugerir o contrário: um afastamento deliberado do liberalismo novecentista, do assim chamado *laissez-faire*. Por isso a ideia será formulada antes do termo ser adotado. Em 1921 o economista sueco Eli F. Heckscher publica *Gammal och ny ekonomisk liberalism* [“Velho e novo liberalismo econômico”], um livro que contrasta duas versões possíveis de liberalismo e defende uma reformulação das funções do Estado com o objetivo de

---

<sup>4</sup> É o caso, por exemplo, de Venugopal: “Apesar de muitos darem ou receberem o título de neoliberal, não há ninguém que adote esse rótulo e se chame como tal. Não existe um corpo de conhecimento contemporâneo que se autodenomine neoliberalismo, nenhum teórico neoliberal autodescrito que o elabore, nem formuladores de políticas ou praticantes que o implementem.” (2015, p. 179). Venugopal ignora a compilação de Louis Rougier do Colóquio Walter Lippmann, assim como o artigo de Friedman de 1951, e boa parte da literatura que ele próprio menciona em seu artigo que faz referência a diversos usos “positivos” do conceito de neoliberalismo entre as décadas de 1930 e 1950. Além disso, parece ser um nominalismo excessivamente tacanho a crença de que um conceito só é válido se houver quem reconheça sua doutrina como um caso deste conceito (neste caso, teríamos que excluir palavras como “autoritário” de nossas discussões).

assegurar um mercado livre. Em 1925 o economista suíço Hans Honegger adota o termo “neoliberalismo” para designar sua posição de defesa enfática da competição e do empreendedorismo (no livro *Volkswirtschaftliche Gedankenströmungen* [“Correntes econômicas do pensamento”]). Em 1938, no Colóquio Walter Lippmann, o termo passa a ser adotado amplamente para designar o esforço de reconstruir o liberalismo em um mundo pós-*laissez-faire*, mais precisamente, em uma situação na qual não é mais possível retornar ao liberalismo novecentista.

Desta forma, fica claro que o “neoliberalismo não é alguma invenção da imaginação febril da esquerda, mas tampouco ele perdurou como um conjunto canônico de doutrinas fixas” (Mirowski, 2009, p. 426). Para Mirowski, aliás, ele é “o mais importante movimento no pensamento político e econômico na segunda metade do século XX” (idem). Mas a querela sobre a validade do termo tem sua razão de ser:

Quando os membros no começo da SMP [Sociedade Mont Pelerin] buscavam por um rótulo para designar o que era ainda uma doutrina amorfa que estavam construindo, eles recorreram frequentemente ao termo *neoliberalismo* nos primeiros anos de sua existência. Na França, o termo foi usado por círculos próximos aos participantes do Colóquio Walter Lippmann na década de 1930. Milton Friedman usou o termo no título de uma pesquisa inicial sobre os esforços de seus camaradas (1951). O que fez tantos comentadores subsequentes se confundirem é o fato de que a maioria dos membros da SMP deixou de usar o termo em algum momento do final da década de 1950. Na verdade, naquele momento eles pararam de insistir no que chamavam de uma ruptura com as doutrinas do liberalismo clássico. (Mirowski, 2009, p. 427)

*b) Excesso de abrangência:* O conceito de neoliberalismo seria inválido ou pouco útil por designar coisas demais. Na medida em que ele abrange um leque de ideias e de fenômenos demasiado amplos ele perde sua capacidade de explicar estas ideias e fenômenos, e se torna um mero entulho a atravancar o debate. Não haveria como utilizar o termo pois cada um entende algo distinto quando ele é mencionado.

*c) Único uso correto:* Por fim, há quem diga que o conceito de neoliberalismo até tem validade e deve ser usado, desde que se indique com clareza ao que ele se refere. Nesta situação, o conceito serviria tão somente para indicar um referente: ou bem as políticas propostas pelo consenso de Washington, ou bem a ideia de um Estado mínimo, ou ainda a defesa de um livre mercado pouco ou nada regulado. Assim, o conceito de neoliberalismo serve para explicar um conjunto de políticas que já não são mais adotadas, ao menos não inteiramente, e, portanto, quem emprega o termo para falar da situação vigente cometeria uma extrapolação espúria.

A resposta a estas duas posições é a mesma: *conceitos são polissêmicos*. Em primeiro lugar, conceitos políticos (justiça, liberdade, democracia) são sempre controversos. Conceitos políticos que denotam ideologias (liberalismo, socialismo, conservadorismo) são especialmente controversos. Conceitos políticos que denotam concomitantemente ideologias e realidades sociais influenciadas por estas ideologias (socialismo, socialdemocracia, neoliberalismo) são ainda mais controversos, pois ambíguos e confusos. Quem fala socialismo pode estar se referindo aos planos utópicos de Owen ou ao ideal social de Marx, mas também ao regime econômico vigente na União Soviética, na China ou em Cuba, ou ainda vagamente a algum aspecto inspirado em um ou outro, defendido por algum movimento socialista. Ao falar sobre a socialdemocracia pode-se estar falando de uma estratégia não-revolucionária de transição de um regime econômico capitalista para um socialista; pode-se estar falando de regimes mistos que mesclaram mercados livres com planejamento em larga escala, propriedade privada com propriedade estatal dos meios de produção, ou ainda os que sustentam um amplo sistema de seguridades sociais. Quem fala em neoliberalismo pode denotar uma doutrina teórica que reformula o liberalismo novecentista em um contexto de ascensão do Estado de bem-estar social argumentando que cabe ao Estado a promoção de mercados competitivos; pode falar de uma doutrina teórica que defende a redução do Estado por meio de uma crítica radical ao paternalismo; e pode também se referir às políticas sociais e estratégias de engenharia social adotadas primeiramente nos governos de Pinochet, Thatcher ou Reagan, e disseminados mundo afora nas décadas posteriores.

Nada se ganha abandonando o termo. Da constatação de que ele é confuso ou ambíguo só segue a necessidade de esclarecê-lo, de compreender a articulação desta multiplicidade de sentidos. É isso o que há de ser feito doravante.

## **2. DOCTRINA NEOLIBERAL E “NEOLIBERALISMO REALMENTE EXISTENTE”**

Neste exercício de esclarecimento conceitual do termo neoliberalismo é preciso começar pela distinção entre os usos do termo neoliberalismo para indicar uma doutrina teórica ou ideologia e os usos do termo neoliberalismo para indicar um conjunto de práticas, de políticas públicas, de regime político ou mesmo de etapa ou estágio histórico do modo de produção capitalista<sup>5</sup>. Proponho, portanto,

---

<sup>5</sup> Daniel Andrade (2019) faz um excelente elenco dos usos recentes do termo neoliberalismo nas ciências sociais. Ele sugere uma distinção entre as concepções essencialistas (a foucaultiana, a marxista, a bourdieusiana e a

denominar o primeiro campo de “doutrina neoliberal”, e o segundo de “neoliberalismo realmente existente”. “Neoliberalismo realmente existente” é uma terminologia cunhada por Neil Brenner e Nik Theodore (2002)<sup>6</sup>, justamente para contrastar o neoliberalismo enquanto utopia, ideologia ou doutrina dos projetos de neoliberalização existentes na prática e ancorados em contextos bem determinados. Aqui, no entanto, usarei “neoliberalismo realmente existente” de forma menos precisa, para indicar todo o conjunto de políticas inspirados, ainda que por vezes de forma vaga, nos escritos doutrinários do neoliberalismo. Simplificando: a doutrina neoliberal surge no começo do século XX e se dissemina por meio de um coletivo de pensamento que se reúne pela primeira vez no Colóquio Walter Lippmann e se consolida em torno da Sociedade Mont Pelerin. O neoliberalismo realmente existente denota uma série de práticas, de políticas públicas ou mesmo uma etapa ou estágio do modo de produção capitalista que surge e se dissemina a partir da crise do keynesianismo nos anos 1970, tanto a partir do laboratório chileno sob a ditadura de Pinochet (1973), quanto a partir das vitórias eleitorais de Margareth Thatcher no Reino Unido (1979) e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981).

O importante a se destacar, antes de passar para um exame mais detido de cada um dos dois campos a partir do qual se estrutura a polissemia dos sentidos de neoliberalismo, é que de forma alguma há uma passagem direta do primeiro ao segundo, da teoria à prática. Assim como há uma lacuna ou abismo entre o “socialismo realmente existente” e a doutrina socialista, há também uma entre o “neoliberalismo realmente existente” e a doutrina neoliberal, de modo que o neoliberalismo realmente existente pode ser visto como um “rebento bastardo” (Chamayou<sup>7</sup>) ou ainda como uma “criatura frankensteiniana” (Brown<sup>8</sup>).

---

weberiana) e as concepções híbridas ou não-essencialistas (a pós-colonialista, a de hibridismo governamental e a neoregulacionista). Seu elenco pode ser todo ele visto como fazendo parte do que chamo aqui de “neoliberalismos realmente existentes”, sem discutir a doutrina neoliberal. Por uma questão de espaço, privilegiei apenas as concepções foucaultiana, marxista e bourdieusiana neste artigo. Penso que o elenco oferecido por Andrade serve como complemento ao que faço aqui.

<sup>6</sup> “Começamos apresentando as fundações metodológicas para uma abordagem das geografias do que nós chamamos ‘neoliberalismo realmente existente’. Em contraste com a ideologia neoliberal, na qual se supõe que as forças de mercado operam de acordo com leis imutáveis, não importa onde estão ‘desencadeadas’, enfatizamos a *imersão* contextual dos projetos de reestruturação neoliberal na medida em que eles são produzidos dentro de contextos nacionais, regionais e locais definidos pelos legados de estruturas institucionais herdadas, regimes políticos, práticas regulatórias e lutas políticas.” (Brenner e Theodore, 2002, p. 4).

<sup>7</sup> “Certamente nossa era é neoliberal, mas um neoliberalismo bastardo, conjunto eclético e em muitos aspectos contraditório, cujas estranhas sínteses só são esclarecidas pela história dos conflitos que marcaram sua formação” (Chamayou, 2018, p. 10).

<sup>8</sup> “Ao contrário, o entusiasmo popular com os regimes autocráticos, nacionalistas e em alguns casos neofascistas, abastecidos pela disseminação de mitos e pela demagogia, afasta-se tão radicalmente dos ideais neoliberais quanto os regimes comunistas estatais repressivos afastavam-se de Marx e de outros intelectuais socialistas, mesmo que, em ambos os casos, a planta disforme tenha crescido no solo fertilizado por aquelas ideias. (...) Em suma, embora este livro argumente que a constelação de princípios, políticas, práticas e formas de governar a



### 3. A “PRIMEIRA” DOCTRINA NEOLIBERAL

Enquanto doutrina, o neoliberalismo é um projeto de renovação do liberalismo. Ele surge, portanto, em uma situação de crise do liberalismo, usualmente atrelado ao cenário de devastação econômica do período da Grande Depressão (1929-1939), mas também às mazelas socioeconômicas presentes já nas décadas anteriores. Neste cenário alternativas políticas ganhavam força: por um lado uma esquerda socialista, socialdemocrata ou “novo liberal”<sup>9</sup>, defendendo ou bem a socialização dos meios de produção, ou bem uma intervenção estatal no campo da economia para mitigar os efeitos das crises econômicas e garantir um patamar mínimo ou decente de vida; por outro, regimes autocratas ou fascistas também adotando medidas de planejamento e intervenção nos mercados para reverter o cenário de estagnação e alto desemprego. Pois bem, a doutrina neoliberal surge como uma *reação* às respostas dadas ao cenário da Grande Depressão, respostas estas que estão na origem do Estado de Bem-Estar Social<sup>10</sup>. A estratégia argumentativa dos teóricos neoliberais consiste, em um primeiro momento, em criticar tanto o excesso de intromissão e ingerência do Estado no campo econômico, em especial quando ele intervém nos mecanismos de precificação, quanto o próprio liberalismo de estilo *laissez-faire* predominante no século anterior, oriundo da *Anti-corn law league* e desenvolvido no entorno da revista *The Economist* (cf. Zevin, 2019). Ora Innset vai chamar esta estratégia de combater simultaneamente em duas frentes de “argumento dual”:

Meu conceito de ‘argumento dual’ designa assim a combinação da afirmação de que ‘planejamento econômico’ conduz ao totalitarismo, com a afirmação simultânea de que *laissez-faire* não seria um programa político adequado para derrotar o ‘totalitarismo’. Quase todos os primeiros neoliberais escreveram um livro ou artigo,

---

razão que pode ser reunida sob o signo de neoliberalismo constituiu de modo importante o presente catastrófico, não foi esse o rebento desejado pelo neoliberalismo, mas sua criação frankensteiniana.” (Brown, 2019, p. 18-9).

<sup>9</sup> O “novo liberalismo” é a corrente predominante do partido liberal britânico depois do racha do partido em 1886. Trata-se de uma corrente que defendia reformas profundas no sistema econômico, as quais deveriam ocorrer de modo gradual e pacífico, buscando reduzir a desigualdade e garantir padrões decentes de vida para todos, assim como sanar os problemas sociais mais urgentes (pobreza, falta de assistência de saúde, desemprego). Isto tudo seria financiado por taxações sobre ganhos não merecidos: especulação financeira, especulação imobiliária, heranças. Uma versão bem elaborada desta corrente se encontra no livro de Leonard Hobhouse, *Liberalism* (1911).

<sup>10</sup> Albert Hirschman tem plena razão ao incluir as obras dos teóricos neoliberais no seu elenco de argumentos reacionários, mais precisamente no interior de uma terceira onda reacionária que tem por alvo a expansão dos direitos sociais decorrentes do Estado de Bem-estar Social (a primeira onda reacionária tem por alvo os direitos civis, e a segunda os direitos políticos). Em *A Retórica da Intransigência*, Hirschman observa certo padrão retórico na retórica da reação à expansão dos direitos, padrão este que consiste na modulação de três teses diferentes: a da perversidade, a da futilidade e a da ameaça. Em suas próprias palavras: “De acordo com a tese da *perversidade*, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da *futilidade* sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão ‘deixar uma marca’. Finalmente, a tese da *ameaça* argumenta que o custo da reforma ou mudança é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior.” (Hirschman, 2019, p. 19).

em algum momento entre 1938 e 1944, em que está presente este argumento dual. (Innset, 2020, p. 12).

Apenas sugiro um pequeno acréscimo a exposição de Innset: diria que a primeira parte do argumento, relativa à crítica do planejamento, é também ela composta por duas partes: a primeira afirma que o planejamento conduz à pobreza, à escassez, por necessariamente ser um meio ineficiente de produção e distribuição; a segunda defende que o planejamento conduz ao totalitarismo, à escravidão e à ausência de liberdade. Mas Innset parece ter plena razão quanto a onipresença deste argumento nos primeiros teóricos neoliberais, especialmente entre as publicações de *The Good Society*, de Walter Lippmann, em 1937, onde o argumento já se encontra bem elaborado, e de *The Road to Serfdom*, de Friedrich Hayek, em 1944.

Portanto, apesar de a doutrina neoliberal ser o resultado de um “coletivo de pensamento” geograficamente disperso, reunido em pequenos núcleos nas décadas de 1930 e 1940: Viena, na Áustria (Ludwig Mises, Friedrich Hayek, Franz Machlup); Freiburg, na Alemanha (Alexander Rüstow, Wilhelm Röpke, Walter Eucken, Alfred Müller-Armack [os assim chamados “ordoliberais”]); Paris, na França (Louis Rougier, Jacques Rueff, Louis Baudin, Raymond Aron); Londres, na Inglaterra (Lionel Robbins, Arnold Plant, Michael Polanyi, Friedrich Hayek<sup>11</sup>); Chicago, nos Estados Unidos da América (Henry Simons, Frank Knight, Jacob Viner, Aaron Director), creio que é possível constatar um núcleo argumentativo que aparece na grande maior parte das obras neste período entre o Colóquio Walter Lippmann e o primeiro encontro da Sociedade Mont Pelerin e que pode ser formulado a partir das seguintes teses:

I Uma economia planejada é ineficiente e conduz à escassez e à miséria;

II Uma economia planejada é opressiva e conduz ao totalitarismo;

III O liberalismo novecentista, centrado na ideia do *laissez-faire*, é em boa medida responsável pela crise atual, pelo abandono do caminho liberal e pela adoção do planejamento;

---

<sup>11</sup> Hayek ocupa, sem dúvida, um lugar especial na rede de contatos do coletivo de pensamento neoliberal, e não apenas por ser o primeiro diretor da Sociedade Mont Pelerin. Ainda no princípio do desenvolvimento da doutrina neoliberal ele é um vínculo entre o núcleo austríaco e o inglês, por sua própria mudança de Viena para Londres em 1931. Esta posição privilegiada na rede de contatos é reforçada por sua participação ativa no núcleo de Chicago, na década de 1950, e no núcleo de Freiburg, na de 1960.

IV É preciso construir uma visão alternativa de sociedade liberal, delimitando intervenções do governo na economia que não comprometam a eficiência e a liberdade.

As duas primeiras teses do argumento neoliberal são críticas ao planejamento e controle da vida econômica, aquilo que Lippmann vai chamar de “dogma dominante da época”. Retoricamente, isto serve para agrupar quase todos os adversários (estando eles à direita ou à esquerda, sejam eles fascistas ou socialistas) sob um só rótulo, identificando uma essência comum a projetos políticos de resto divergentes (e buscando reduzir, assim, suas discordâncias). Isto fica claro no seguinte trecho de *The Good Society*:

Nos violentos conflitos que agora perturbam a terra, os contendores ativos acreditam que, como a luta é tão mortal, as questões que os dividem são profundas. Eu acho que eles estão enganados. ... A intensidade de seu antagonismo não mede a divergência de seus pontos de vista. Houve muitas brigas ferozes entre sectários que adoram o mesmo deus. Embora os partidários que agora lutam pelo domínio do mundo moderno usem camisas de cores diferentes, suas armas são sacadas do mesmo arsenal, suas doutrinas são variações do mesmo tema, e eles partem para a batalha cantando a mesma melodia com palavras ligeiramente diferentes. Suas armas são a direção coercitiva da vida e do trabalho da humanidade. Sua doutrina é que a desordem e a miséria só podem ser superadas por uma organização cada vez mais compulsória. A promessa deles é que, por meio do poder do Estado, os homens podem ser felizes. Em todo o mundo, em nome do progresso, homens que se autodenominam comunistas, socialistas, fascistas, nacionalistas, progressistas e até liberais são unânimes em afirmar que o governo com seus instrumentos de coerção deve, comandando o povo como ele deve viver, dirigir o curso da civilização e fixar a forma das coisas por vir. Eles acreditam no que o Sr. Stuart Chase descreve com precisão como “o planejamento e controle da atividade econômica”. Este é o dogma que todos os dogmas vigentes pressupõem. ... Pois as premissas do coletivismo autoritário tornaram-se as crenças de trabalho, os pressupostos evidentes, os axiomas inquestionáveis, não apenas de todos os regimes revolucionários, mas de quase todos os esforços que reivindicam ser esclarecidos, humanos e progressistas. (Lippmann, 2017, p. 03-4)

Hayek diz algo muito parecido ao definir o socialismo não como a socialização dos meios produção, mas sim como “um sistema de ‘economia planejada’” (1977, p. 31), motivo pelo qual “o conflito existente na Alemanha entre a ‘Direita’ nacional-socialista e a ‘Esquerda’ é o tipo de conflito que sempre se verifica entre facções socialistas rivais” (1977, p. 09).

Já a terceira e a quarta tese indicam o que propriamente há de ‘neo’ no neoliberalismo, isto é, os motivos pelos quais o neoliberalismo não é uma mera insistência na doutrina liberal novecentista dos manchesterianos, centrada na

noção de *laissez-faire*, a saber: o fato de eles reconhecerem esta doutrina como uma das causas do fracasso do liberalismo, de sua crise presente. Ao contrário de tal liberalismo, os neoliberais vão afirmar que há duas formas possíveis de intervenção, a errada, que substitui os livres mercados pelo planejamento centralizado e pela interferência no modo como se precificam as mercadorias, e a correta, que fomenta os mercados competitivos e respeita o mecanismo de precificação mesmo quando cria mecanismos de bem-estar e cobra impostos.

#### 4. A “SEGUNDA” DOUTRINA NEOLIBERAL: A RENOVAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO LIBERALISMO

O contraste entre a primeira e a segunda doutrina neoliberal fica evidente pela comparação das duas passagens seguintes da obra de Milton Friedman. Na primeira, de 1951, ele claramente reafirmava o argumento contidos nas obras anteriores de Lippmann e Hayek:

A crença coletivista na capacidade da ação direta do Estado para remediar todos os males é uma reação compreensível a um erro básico na filosofia individualista do século XIX. Essa filosofia quase não atribuía ao Estado outro papel além da manutenção da ordem e da execução dos contratos. Era uma filosofia negativa. O Estado só pode fazer mal. *Laissez-faire* deve ser a regra. Ao assumir essa posição, a filosofia individualista subestimou o perigo de que os particulares pudessem, por meio de acordo e combinação, usurpar o poder e efetivamente limitar a liberdade de outros indivíduos; não conseguiu ver que havia algumas funções que o sistema de preços não podia desempenhar e que, a menos que essas outras funções fossem de alguma forma previstas, o sistema de preços não poderia cumprir efetivamente as tarefas para as quais está admiravelmente adaptado.

Uma nova fé deve evitar ambos os erros. Deve dar prioridade a uma severa limitação do poder do Estado de interferir nas atividades detalhadas dos indivíduos; mas, ao mesmo tempo, deve reconhecer explicitamente que existem importantes funções positivas que devem ser desempenhadas pelo Estado. (...) O neoliberalismo aceitaria a ênfase liberal do século XIX na importância fundamental do indivíduo, mas substituiria o *laissez-faire* do século XIX pela ordem competitiva como meio para esse fim. (...) O Estado policiaria o sistema, estabeleceria condições favoráveis à concorrência e impediria o monopólio, proporcionaria uma estrutura monetária estável e aliviaria a miséria e a angústia agudas. Os cidadãos estariam protegidos contra o Estado pela existência de um mercado privado livre; e uns contra os outros pela preservação da competição. (Friedman, 1951, p. 3)

Já na década seguinte, em 1962, logo na introdução de *Capitalismo e Liberdade*, Friedman altera radicalmente o argumento. Não se trata mais de reformular o defeituoso liberalismo novecentista em uma nova doutrina de fé, mas agora simplesmente de defender a ortodoxia de um liberalismo clássico frente as renovações deturpadoras recentes:

À medida que se desenvolvia, em fins do século XVIII e em princípios do século XIX, o movimento intelectual que avançou sob o nome de liberalismo enfatizava a liberdade, como objetivo derradeiro, e salientava o indivíduo, como entidade máxima da sociedade. Ele apoiava o *laissez-faire* no país como meio de reduzir o papel do Estado em assuntos econômicos, ampliando, assim, a função do indivíduo; também defendia o livre-comércio com o exterior, como meio de interligar os países do mundo, de maneira pacífica e democrática. Em questões políticas, promovia o desenvolvimento de governos representativos e de instituições parlamentares, a diminuição dos poderes arbitrários do Estado, e a proteção das liberdades civis dos indivíduos.

A partir de fins do século XIX, e, principalmente, depois de 1930, nos Estados Unidos, o termo liberalismo passou a se associar a ênfase muito diferente, sobretudo em política econômica, conotando a propensão a confiar basicamente no Estado, em vez de arranjos voluntários privados, para alcançar objetivos considerados desejáveis. As palavras-chave tornaram-se bem-estar e igualdade, em vez de liberdade. O liberal do século XIX considerava a ampliação da liberdade a maneira mais eficaz de promover o bem-estar e a igualdade como pré-requisitos ou como alternativas da liberdade. Em nome do bem-estar e da igualdade, o liberal do século XX passou a favorecer o renascimento das mesmas políticas de intervenção e de paternalismo estatal que eram combatidas pelo liberalismo clássico. No mesmo ato de voltar os ponteiros do relógio para o mercantilismo do século XVII, ele gosta de fustigar os verdadeiros liberais como reacionários! (Friedman, 2019, p. 5-6).

A literatura que trata do assunto costuma subestimar o tamanho da reformulação da doutrina neoliberal ocorrida no final da década de 1950 e começo da de 1960. É neste momento que ocorre, inclusive, o abandono do termo “neoliberalismo”, o qual passa a ser substituído por “liberalismo”, “liberalismo clássico” e mesmo, um pouco mais tarde, por “libertarianismo”. Angus Burgin é aqui exceção. De acordo com ele:

A transferência da liderança de Hayek para Friedman foi o emblema de uma mudança geracional. Com raras exceções, as carreiras dos acadêmicos tendem a centrar-se no conjunto de problemas que seus colegas consideram mais prementes no período em que começam a atingir o auge de sua capacidade intelectual e profissional. Para a primeira geração de líderes da Sociedade Mont Pelerin, aquele período foi a Grande Depressão, e os problemas que eles enfrentaram foram os enigmas sombrios da economia da Depressão. O escopo das atividades governamentais estava aumentando rápida e maciçamente, e seu objetivo era correspondentemente modesto: convencer seus colegas de que havia algum espaço limitado dentro do qual, ou em algum grau, o governo não deveria intervir. Milton Friedman, em contraste, atingiu a maioria durante os estágios iniciais da Guerra Fria, e a tarefa de sua geração seria determinar a abordagem econômica adotada pelos Estados Unidos diante de um outro extranacional. Enquanto o trabalho dos seus antecessores foi enraizado com um sentido de cautela no fio da faca da catástrofe, o de Friedman foi infundido com dualismos da Guerra Fria. Se o comunismo puro fosse definido pela subsunção total do mecanismo de mercado ao governo, o seu contraste mais perfeito seria definido por uma recusa em interferir com os decretos invisíveis do mercado. Os modelos filosóficos de Friedman não permitiam concessões ao comunismo, e a América de seu tempo encontrou um

público pronto para uma filosofia que não se permitia ser medida em graus. (Burgin, 2012, p. 154)<sup>12</sup>

Não obstante, cabe observar que já o primeiro argumento neoliberal é marcado por dualismos (planejamento ou mercados competitivos, sem graus intermediários), por dicotomias sem gradações. Cabe também observar que se pode concluir da interpretação de Burgin uma visão de um neoliberalismo moderado da primeira geração contra um neoliberalismo extremista da segunda. Contra isto, Innset corretamente observa que:

O trabalho de historiadores como Burgin e Stedman Jones, que defendem a tese de que a ascensão de Milton Friedman levou a um neoliberalismo radical e ‘americanizado’, sugere que devemos ver Hayek e os primeiros neoliberais como ‘ambivalentes’ e com ‘notas de contenção’. Eu argumentaria que essa não é necessariamente a maneira mais frutífera de entender a história do neoliberalismo. Essa narrativa corre o risco de tentar compreender o pensamento político do passado com as normas e o vocabulário do presente. Se o neoliberalismo inicial parece moderado para nós hoje, não era tal coisa em seu próprio tempo: as ideias dos membros da Sociedade Mont Pelerin eram consideradas marginais e tão de direita quanto possível no contexto dos anos imediatos do pós-guerra. (Innset, 2020, p. 186).

A proposta de Innset é particularmente feliz em notar algo no qual a doutrina neoliberal foi extremamente bem-sucedida, a saber: deslocar para a direita a janela de Overton ou, em outras palavras, tornar moderadas ideias de direita antes consideradas radicais, assim como tornar radicais ideias de esquerda antes consideradas como moderadas. Um programa de esquerda moderada da década de 1940 (por exemplo, a do partido trabalhista britânico na eleição de 1945) propunha quase sempre nacionalização de empresas de importância prioritária, a instituição de diversos mecanismos de bem-estar e o consequente aumento da taxação fortemente progressiva para bancar estes mecanismos. Estas ideias hoje estão simplesmente fora da agenda do possível, sumindo até mesmo dos

---

<sup>12</sup> Cabe mencionar, igualmente, o comentário de Burgin sobre a troca de cartas entre Milton Friedman e Bertrand de Jouvenel em 1960, por ocasião de uma disputa interna à Sociedade Mont Pelerin entre Friedman e Albert Hunold: “Em 1960, Milton Friedman escreveu a Jouvenel para obter seu voto por procuração na batalha em curso contra Albert Hunold. Jouvenel concedeu o voto, observando tanto a desaprovação pelas tendências reacionárias de Hunold quanto alguma preocupação com as grosserias envolvidas na rescisão do título de secretário [de Hunold]. Mas sua resposta à carta de Friedman demonstrou pouca simpatia pela direção que a sociedade havia tomado. ‘Sinto-me muito em desacordo com a Sociedade’, confidenciou, ‘e deveria, consultando apenas a honestidade intelectual, renunciar a ela’. Seus membros, acreditava Jouvenel, ‘se voltaram cada vez mais para um maniqueísmo segundo o qual o Estado não pode fazer o bem e a iniciativa privada não pode fazer o mal’. Confundiam a iniciativa privada e a liberdade individual, veneravam as corporações artificiais ‘sem alma para salvar e sem traseiro para ser chutado’ e denunciavam ‘praticamente tudo o que é feito em nosso tempo, em nome de um mítico século XIX’. A organização sucumbiu, em suma, à ‘paixão ideológica’ e, como resultado, passou de ‘uma companhia livre de pessoas que pensam em conjunto com alguma base inicial de acordo’ para ‘uma equipe de lutadores’. Ele transpareceu seu apreço pela coragem das convicções de seus membros com reservas sobre os modelos filosóficos que suas certezas forjavam. A disposição de ‘lutar bravamente’ é ‘algo para ser muito admirado’, ele reconheceu, mas ‘essas pessoas endurecem um grupo intelectual em um molde’.” (Burgin, 2012, p. 150-151)

programas mais radicais de esquerda. Ao mesmo tempo, hoje se discutem ideias consideradas como impensáveis oitenta anos atrás. Basta pensar no rol das medidas sugeridas pelo próprio Friedman no livro de 1962 (como a proposta de substituir a educação pública e gratuita pelo fornecimento de *vouchers* educacionais)<sup>13</sup>.

## 5. OS NEOLIBERALISMOS REALMENTE EXISTENTES

Neoliberalismo não é apenas o nome dado a uma doutrina ou a uma ideologia, mas também a uma realidade, um conjunto de práticas, de políticas, ou mesmo a uma etapa histórica, um momento do capitalismo. Sugiro nomear este segundo conjunto de significados como “neoliberalismos realmente existentes”. Mas aqui, também, é preciso um esforço de esclarecimento conceitual, afinal há coisas muito distintas no interior deste conjunto.

É uma ilusão imaginar que teorias possam ser aplicadas a realidades. Ainda mais teorias altamente abstratas e idealizadas como as de Hayek, Friedman e companhia. Mas é igualmente ilusório imaginar que elas não sirvam como justificção ou legitimação de reformas, como inspiração para mudanças, como influências em governos. Ideias têm consequências, mesmo que, quase sempre, não aquelas almejadas por quem as pensou.

Parte significativa da literatura que trata do assunto sugere a década de 1970 como aquela em que a doutrina neoliberal passa a servir de apoio aos neoliberalismos realmente existentes. E isto por diversos motivos: o governo ditatorial de Pinochet, iniciado em 1973, no Chile, emprega diversos economistas discípulos de Milton Friedman (os assim chamados Chicago Boys), além de contar com visitas de Hayek e Friedman, que inclusive confraternizam com o ditador, com muitos sinais de simpatia mútuas<sup>14</sup>. O governo conservador de Margareth

---

<sup>13</sup> Lanny Ebenstein observa que na própria trajetória de Friedman a posição defendida em *Capitalismo e liberdade* é moderada quando comparada às posturas posteriores, de forma que Friedman se aproxima cada vez mais da corrente libertária, na medida em que deixava de ser um economista acadêmico profissional para se tornar prioritariamente um defensor do enxugamento do Estado (cf. Ebenstein, 2014).

<sup>14</sup> Há alguma controvérsia a respeito do (tamanho do) endosso de Hayek ao regime de Pinochet. Fato é que ele visita o Chile duas vezes, em 1977 e em 1981, e nas duas vezes é entrevistado pelo jornal chileno *El Mercurio*. Na entrevista de 1977, ele declara “Uma ditadura pode ser necessária como um período de transição. (...) É possível um ditador governar de modo liberal. E é possível uma democracia governar em completa ausência de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo” (citado em Farrant e McPhail, 2012, p. 521). Além disso, em 1977 ele escreve (durante sua estadia no Brasil, por sinal) um relatório intitulado “Internationaler Rufmord: Eine personliche Stellungnahme” [Assassinato de reputação internacional: uma declaração pessoal], o qual é recusado pela *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, um jornal conservador pró-mercado, e acaba sendo publicado pela *Politische Studien*. Neste relatório, Hayek protesta contra o tratamento internacional dado ao regime de Pinochet, o qual estaria, em sua visão, sendo submetido a uma campanha de propaganda negativa injusta, enviesada pela esquerda (assim como o regime de *apartheid* da África do Sul). Em carta ao jornal *The Times*, em 3 de agosto de 1978, Hayek afirma: “não encontrei sequer uma pessoa

Thatcher, no Reino Unido, eleito em 1979, também faz amplo uso das ideias de Hayek (inclusive Thatcher é aconselhada pessoalmente por Hayek)<sup>15</sup>. Também o governo republicano de Ronald Reagan, eleito em 1981 nos Estados Unidos, tem por conselheiro Milton Friedman. Em todos estes três casos, as linhas gerais dos governos são de enxugamento dos serviços de bem-estar oferecidos pelo Estado, críticas e repressão aos movimentos sindicais e outros movimentos sociais, e abertura econômica e defesa radical do livre-comércio. Além das influências pontuais, as crises econômicas dos anos setenta terminam com o assim chamado “consenso keynesiano” vigente durante o período do pós-guerra, e também com o momento de crescimento econômico conhecido como “era dourada do capitalismo”, os “trinta anos gloriosos” que sucedem o término da Segunda Guerra Mundial.

Mas a questão é um tanto mais complexa. Como insisti na conclusão do tópico anterior, a doutrina neoliberal foi bem-sucedida em levar a Janela de Overton para a direita, normalizando discursos radicalmente pró-mercado e tornando excessivamente radicais e logo incogitáveis medidas mais amplas de planejamento econômico e medidas de bem-estar que substituíssem o mercado em áreas específicas (moradia, transporte etc). Neste sentido, a doutrina neoliberal foi influente inclusive durante o período do pós-guerra. O monetarismo de Friedman serviu de esteio às políticas econômicas de Richard Nixon, mais de uma década antes da vitória de Reagan. Ludwig Erhard era um discípulo do ordoliberalismo, a corrente germânica do primeiro neoliberalismo, e foi ministro da economia da Alemanha Ocidental entre 1949 e 1963. Eugênio Gudin, ministro da economia do Brasil durante o governo de Café Filho, era membro da Sociedade Mont Pelerin, e Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, ministros durante a ditadura militar no governo de Castelo Branco, eram vinculados a *think tanks* neoliberais (notadamente o IPÊS, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Tudo isto mostra que a doutrina neoliberal se disseminou amplamente e influenciou de modos muito diferentes as políticas públicas, as reformas do Estado, as medidas econômicas aqui e alhures.

---

no tão difamado Chile que não concordasse ser muito maior a liberdade pessoal sob Pinochet do que fora sob Allende” (citado em Farrant e McPhail, 2012, p. 530-1). Em 1982, ele reclama e incita outros (incluindo a primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher) a protestarem contra uma charge publicada pela mesma *Frankfurter* que apresentava como “colegas” o ditador chileno e o polonês, Wojciech Jaruzelski. As informações expostas nesta nota foram retiradas de Farrant, McPhail e Berger (2012) e Farrant e McPhail (2017).

<sup>15</sup> Hayek e Thatcher mantiveram uma troca de correspondências, além de terem se encontrado pessoalmente algumas vezes. Hayek sugeriu a Thatcher que utilizasse o exemplo da transição chilena (do socialismo de Allende à economia capitalista) como modelo no combate à inflação, mencionando explicitamente o uso de políticas financeiras contracionistas e a repressão aos sindicatos e seus supostos privilégios. Sobre o assunto, cf. Farrant e McPhail (2017).



Mas em um rápido e não exaustivo levantamento, caberia destacar ao menos três usos críticos distintos do conceito de neoliberalismo aplicado a realidades antes do que a doutrinas. Sugiro chamar estes três usos críticos de foucaultiano, bourdieusiano e marxista. Não se trata de abordagens excludentes, mas sim de ênfases em aspectos distintos: uma forma de subjetivação, um discurso de legitimação, uma nova configuração da luta de classes.

### **Foucault: neoliberalismo como subjetivação**

Michel Foucault foi um dos primeiros teóricos a chamar a atenção para as doutrinas neoliberais. Em seu curso *O nascimento da biopolítica*, ministrado em 1978 e 1979, ele comenta longamente sobre os ordoliberalis e sobre a Escola de Chicago, notadamente sobre o conceito de “capital humano” de Gary Becker. Foucault compreende o neoliberalismo como uma racionalidade governamental, uma arte de governar capaz de conduzir condutas. Pois bem, esta arte de governar, de acordo com Foucault, é baseada na própria limitação do governo, em uma contenção do que ele pode ou não fazer. Na verdade, é a percepção de que a liberdade econômica é ao mesmo tempo o que limita o Estado e o que o funda, o justifica, o torna necessário. Mas é também mais do que isso, é uma forma de subjetivação, de construção antropológica de um sujeito eminentemente governável justamente na medida em que é transformado em um *homo oeconomicus*. Em suas palavras:

O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (Foucault, 2008, p. 311)

Mas o crucial aqui é a “identificação do objeto da análise econômica a toda conduta” (idem, p. 366), de modo que todo e qualquer problema social passa a ser compreendido como uma questão de alocação ótima de recursos escassos. Assim, longe de ser um dentre diversos campos do saber, o econômico torna-se sinônimo de racional, a economia torna-se o paradigma da racionalidade, a atitude econômica é sempre a atitude racional (e justamente por isso previsível e governável).

De forma semelhante, Pierre Dardot e Christian Laval argumentam, em *A nova razão do mundo*, que o neoliberalismo é uma forma de subjetivação ou de racionalidade pautada pela competição. A razão neoliberal é compreendida a

partir de quatro traços constitutivos: I) O mercado é uma ordem construída e requer a intervenção ativa do Estado; II) A essência da ordem de mercado é a concorrência (e não a troca), de modo que “construir o mercado implica fazer valer a concorrência como norma geral das práticas econômicas” (2016, p. 377); III) O próprio “Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado” (Idem, p. 378), ou seja, pautar-se sempre pela concorrência; por fim, IV) “O Estado empreendedor deve ... conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores”, afinal, “a empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar.” (Idem).

Mas todos estes traços funcionam como um modo de levar uma lógica de comportamento típica de relações concorrenciais de mercado para todas as esferas da vida social. Nas palavras dos próprios autores: “o neoliberalismo se caracteriza pela transformação da competição em *forma geral* das atividades produtivas, especialmente daquelas que produzem serviços não mercantis, e até mesmo das atividades sociais que estão fora da esfera produtiva” (Dardot e Laval, 2010, p. 37).

### **Bourdieu: neoliberalismo como discurso de legitimação**

Assim como Foucault, Pierre Bourdieu também considera o neoliberalismo como uma “razão”, mas o que Bourdieu entende por razão é algo bem diferente. Se no caso de Foucault é uma forma de conduzir condutas, de subjetividade a ser governada, no caso de Bourdieu é um discurso de legitimação. No caso, o neoliberalismo é um programa político, uma utopia, mas que faz as vezes de discurso científico. Em outras palavras, são propostas que interessam a certas partes da sociedade, mas que são disfarçadas em mandamentos científicos, de modo que seria irracional discordar delas.

Em nome desse programa científico de conhecimento convertido em programa político de ação, cumpre-se um imenso *trabalho político* (renegado, pois aparentemente puramente negativo) que visa criar as condições de realização e de funcionamento da “teoria”; um *programa de destruição metódica* dos coletivos (a economia neoclássica querendo lidar apenas com indivíduos, mesmo quando se trata de empresas, sindicatos ou famílias). (Bourdieu, 1998, p. 137)

Bourdieu insiste no caráter utópico de tal discurso: é uma construção de modelos matemáticos abstratos, baseados em premissas irreais, mas que serve de justificação para reformas que nunca realizam os objetivos supostamente almejados. Na medida em que a teoria econômica neoclássica se torna o

paradigma do comportamento humano, o economista neoclássico passa a ser o perito por excelência, a ser consultado em todas as esferas de atividades (educação, saúde, investimentos, infraestrutura etc).

### **Marxismo: neoliberalismo como nova etapa do capitalismo**

Teóricos marxistas como Perry Anderson e David Harvey utilizam o termo neoliberalismo para designar um estágio histórico do capitalismo, estágio este iniciado a partir da crise do modelo fordista de trabalho, do consenso keynesiano e, por conseguinte, do Estado de Bem-Estar Social. Nas palavras de Anderson:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (Anderson, 1995, p. 10)

A nova etapa é marcada pela hegemonia do discurso neoliberal, com sua ênfase no empreendedorismo e na liberdade contra a velha rotina engessada do trabalho fordista, por respostas à crise econômica que passam por reformas de enxugamento dos mecanismos de bem-estar social, pela flexibilização e precarização do trabalho, pela desregulamentação dos mercados e serviços financeiros. Apesar de todas estas medidas fracassarem em seu objetivo, a saber, a retomada dos índices de crescimento econômico do pós-guerra, elas são muito bem-sucedidas em reverter a tendência de fortalecimento do trabalho em detrimento do capital (marca maior do período do pós-guerra). Em resumo: trata-se de uma etapa de parco crescimento, mas de fortalecimento das classes dominantes e por conseguinte de uma redistribuição regressiva da riqueza, de aumento das disparidades.

Portanto, poderíamos analisar a história do neoliberalismo não só como um projeto utópico fornecendo um modelo teórico para a reorganização do capitalismo internacional, mas também como um projeto político visando tanto restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe. (...) O último desses objetivos predominou. O neoliberalismo não se mostrou bom para revitalizar a acumulação de capital global, mas foi muito bem-sucedido em restaurar o poder de classe. Consequentemente, a utopia teórica do discurso neoliberal funcionou mais como sistema de justificação e legitimação para tudo o que fosse necessário no sentido de restaurar o poder de classe. Os princípios do neoliberalismo são abandonados rapidamente, sempre que entram em conflito com esse projeto de classe. (Harvey, 2007, p. 10)

## CONCLUSÃO

A querela acerca da existência do neoliberalismo ou da validade de um tal conceito gira em torno de um equívoco: o de que conceitos designam com clareza aquilo que eles abrangem. Como bem observa Koselleck: “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda a palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos” (2006, p. 108). Neoliberalismo é um conceito e, como tal, é polissêmico. Em vez de debatermos se há algo que possa ser chamado de neoliberalismo, é mais interessante mapear alguns de seus usos, entender o que dizem os atores sociais ao nomearem algo como neoliberalismo, enfim, esclarecer a multiplicidade de seus significados. Esta foi a intenção do presente artigo. Defendo aqui que neoliberalismo é um conceito plenamente válido, mas que é preciso diferenciar seus usos se quisermos compreendê-lo. Para tanto, sugiro em primeiro lugar distinguir o neoliberalismo enquanto doutrina teórica, usualmente associada ao coletivo de intelectuais que se reuniram regularmente na Sociedade Mont Pelerin (e que já havia se reunido antes no Colóquio Walter Lippmann), dos neoliberalismos realmente existentes, das práticas neoliberais ou da fase neoliberal do capitalismo. Em segundo, é preciso notar que a doutrina neoliberal tem diversas versões, variando tanto geográfica quanto historicamente. Em termos geográficos, ela tem distintas colorações locais, sendo, por exemplo, mais estatista entre os ordoliberais da Escola de Freiburg ou mais antiestatista no círculo de van Mises. Em termos históricos, há um primeiro argumento neoliberal vigente durante os anos 1930 e 1950, anos em que a doutrina reage a um keynesianismo ascendente e à consequente adoção de mecanismos estatais de intervenção econômica e de segurança social, no qual a doutrina neoliberal é sobretudo uma crítica ao planejamento central e à expansão do Estado, crítica que funciona como um alerta quanto a possíveis consequências totalitárias ou empobrecedoras decorrentes de tal planejamento; e há um segundo argumento, bem mais próximo ao liberalismo novecentista de estilo *laissez-faire*, a partir da década de 1960, em que se passa a defender o enxugamento radical do Estado. Em terceiro, é preciso também diferenciar os diversos usos do conceito neoliberalismo para se referir às transformações sociais inspiradas ou influenciadas por tais doutrinas. Existem, portanto, diversos neoliberalismos realmente existentes. Em minha análise privilegiei três usos: o foucaultiano, que pensa o neoliberalismo como o pleno desenvolvimento do *homo oeconomicus*, uma espécie de antropologia que concebe o indivíduo como empresário de si mesmo, como uma empresa dotada de um capital a ser valorizado, e logo como

uma forma muito peculiar de subjetivação que permite uma máxima governamentalidade; o bourdieusiano, que concebe o neoliberalismo como um discurso de legitimação de uma série de reformas do Estado e mudanças sociais em curso nas últimas cinco décadas, discurso este pautado em uma utopia construída em torno de modelos matemáticos abstratos da economia neoclássica, baseados em premissas irreais, mas que serve para deslegitimar toda e qualquer resistência a tais reformas e mudanças como se esta fosse um comportamento irracional; por fim, o marxista que considera o neoliberalismo como a fase atual do capitalismo, marcada pelo insucesso em retomar o crescimento econômico do período anterior, mas bem-sucedida enquanto batalha para tornar o lado do capital mais forte em comparação ao do trabalho, reforçando o poder de classe e aumentando cada vez mais a desigualdade da riqueza.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. Em: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23
- ANDRADE, Daniel Pereira. “O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais”. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019.
- BOAS, Taylor C. e GANS-MORSE, Jordan. “Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan”, *Studies in comparative International Development*, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Jorge Zahar Ed., 1998.
- BRENNER, Neil e THEODORE, Nik. “Cities and the Geographies of ‘Actually Existing Neoliberalism.’”. Em: BRENNER, Neil e THEODORE, Nik (Org.). *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*. Blackwell Publishers, 2002.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo. A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BURGIN, Angus. *The Great Persuasion. Reinventing Free Markets since the Depression*. Harvard University Press, 2012.
- CHAMAYOU, Grégoire. *La société ingouvernable. Une généalogie du libéralisme autoritaire*. La fabrique, 2018.
- EBENSTEIN, Lanny. “The Increasingly Libertarian Milton Friedman: An Ideological Profile”. *Econ Journal Watch*, 11(1), p. 81-96, 2014.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. “Néolibéralisme et subjectivation capitaliste”. Em: *Cités*, 2010/1, n. 41, p. 35-50, 2010.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo, 2016.

FARRANT, Andrew; MCPHAIL, Edward e BERGER, Sebastian. "Preventing the 'Abuses' of Democracy: Hayek, the 'Military Usurper' and Transitional Dictatorship in Chile?". *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 71, n. 3, p. 513-538, 2012.

FARRANT, Andrew e MCPHAIL, Edward. "Hayek, Thatcher and the Muddle of the Middle". Em: LESSON, Robert (Ed.). *Hayek: A Collaborative Biography*. Part IX: The Divine Right of the 'Free' Market. Springer, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, 2008.

FRIEDMAN, Milton. "Neo-liberalism and its prospects". Em: *Farmand*, 17 de fevereiro de 1951. Disponível em: <https://miltonfriedman.hoover.org/objects/57816/neoliberalism-and-its-prospects>. Acesso em maio de 2022.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. LTC, 2019.

HARVEY, David. "Neoliberalismo como destruição criativa". *InterfacEHS*, vol. 2, n. 4, 2007.

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Editora Globo, 1977.

HAYEK, Friedrich. "The Use of Knowledge in Society (1945)". Em: HAYEK, Friedrich. *The Market and Other Orders*. The Collected Works of F. A. Hayek, volume XV. The University of Chicago Press, 2014.

HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Companhia das Letras, 2019.

INNSET, Ola. *Reinventing Liberalism. The Politics, Philosophy and Economics of Early Neoliberalism (1920-1947)*. Springer, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LIPPMANN, Walter. *The Good Society*. Routledge, 2017.

REINHOUDT, Jurgen e AUDIER, Serge. *The Walter Lippmann Colloquium. The birth of neo-liberalism*. Palgrave Macmillan, 2018.

PLEHWE, Dieter. "Introduction". Em: PLEHWE, Dieter e MIROWSKI, Philip. *The Road from Mont Pèlerin. The Making of Neoliberal Thought Collective*. Harvard University Press, 2009.

MIROWSKI, Philip. "Postface: Defining Neoliberalism". Em: PLEHWE, Dieter e MIROWSKI, Philip. *The Road from Mont Pèlerin. The Making of Neoliberal Thought Collective*. Harvard University Press, 2009.

VENUGOPAL, Rajesh. "Neoliberalism as concept". *Economy and Society*, vol. 44, n. 2, p. 165-187, 2015.

ZEVIN, Alexander. *Liberalism at Large. The World according to the Economist*. Verso, 2019.